FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 07/06/2024 - 05:59

Empresários e parlamentares criticam restringir PIS/Cofins

Clima azeda entre empresas e governo com MP que restringe crédito tributário

Há pressão sobre o Congresso para devolver medida e mobilizações para questionamento na Justiça

Alexa Salomão

SÃO PAULO A proposta da equipe econômica do ministro Fernando Haddad (Fazenda) de restringir o uso de créditos de PIS/Cofins azedou o ânimo dos empresários com o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Mais que provocar queixas sobre prejuízos aos mais diversos setores da economia, que já são estimados em bilhões de reais, a proposta é avaliada como demonstração de que o governo está disposto a tirar dinheiro de onde puder para não cortar gastos.

A limitação dos créditos tributários está prevista na MP (medida provisória) 1.227 como alternativa para compensar a desoneração da folha de pagamento para 17 setores. A estimativa é que possa arrecadar R$ 29,2 bilhões neste ano e mais R$ 60 bilhões no ano que vem. O texto foi publicado na terça (4) e já está valendo.

Lula e o ministro extraordinário Paulo Pimenta assinam medida para evitar demissões no Rio Grande do Sul Anselmo Cunha/Folhapress

A Receita Federal batizou o texto de MP do equilíbrio fiscal. Nesta quinta-feira (6), a Coalizão das Frentes Parlamentares pediu que ela seja rejeitada, qualificando a proposta de MP do fim do mundo. Senadores já se posicionaram contra, e é esperada forte reação no Congresso, com apoio de segmentos empresariais, o que é interpretado como perda de apoio político do setor empresarial ao governo Lula.

Se não houver solução legislativa, a discussão tende a alimentar uma batalha judicial. O tema, por exemplo, mobilizou integrantes da Fiesp. Segundo o diretor jurídico, Flávio Unes, a entidade decidiu que vai apoiar questionamentos judiciais que venham a ser feitos no STF (Supremo Tribunal Federal) e orientou as associadas a reivindicar seus direitos na Justiça se entenderem que seja necessário.

Praticamente todos os setores que compõem a base produtiva da economia nacional são afetados pela MP. Já ocorreram manifestações de entidades ligadas à indústria de forma geral e segmentos em particular, como óleo e gás, biocombustíveis, mineração e agronegócio.

Como os créditos são usados especialmente por exportadores, a limitação afeta inclusive a dinâmica financeira dos embarques internacionais e a competitividade do produto brasileiro no exterior. Já se fala em risco para embarques. Os compromissos assumidos estão mantidos, mas as tradings já refazem as contas para negociações futuras, pois o produto ficará mais caro.

A Abrasca, que representa mais de 450 companhias de capital aberto, qualificou a MP de "erro grave", afirmando que ameaça a reforma tributária, causa insegurança jurídica, afeta as operações das empresas e interrompe projetos de investimentos.

"O efeito nocivo dessa MP é de uma extensão nunca vista, por isso estamos presenciando um número tão grande de manifestações contrárias. Umas 80 entidades já se posicionaram, pedindo ao Congresso que faça a sua devolução", diz Raul Jungmann, presidente do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração), que já divulgou nota alertando para os efeitos negativos da proposta.

A principal queixa é o componente surpresa da MP. Ninguém esperava nada parecido. Não houve consulta nem sinalização da Fazenda. Nenhum porta-voz do governo se manifestou sobre a MP também. A principal aparição de Haddad nesta quinta foi na foto oficial com o papa Francisco em sua visita ao Vaticano.

Representantes da iniciativa privada, que preferem não ter o nome citado, afirmam que o ambiente é de revolta. Alguns qualificam a proposta como calote e confisco, pois o crédito tributário é considerado um direito em inúmeros segmentos. Alguns falam que é preciso pôr o pé na porta, com manifestações contundentes, para mostrar que tudo tem limite.

Frase recorrente é que o "governo dá com uma mão e toma com a outra", numa alusão ao trabalho do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços pela neoindustrialização, de um lado, e a busca desenfreada por arrecadação, via Fazenda, de outro.

"A repercussão no setor industrial é muito grande, e o clima é de indignação", disse à **Folha** Mário Sérgio Telles, superintendente de economia da CNI (Confederação Nacional da Indústria). Na quarta, o presidente da entidade, Ricardo Alban, deixou a comitiva oficial do governo em visita à Arábia Saudita e à China e retornou ao Brasil para tratar do tema. Ainda estava em voo até a publicação deste texto.

> O efeito nocivo dessa MP é de uma extensão nunca vista, por isso estamos presenciando um número tão grande de manifestações contrárias. Umas 80 entidades já se posicionaram, pedindo ao Congresso que faça a sua devolução
>
> **Raul Jungmann**
> presidente do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração)

Telles qualifica a MP como um retrocesso. Lembra que compensação de crédito de PIS/Cofins é permitida há mais de 20 anos. O crédito referente à Previdência é uma conquista recente, de 2018, mas que foi negociada pelo setor empresarial com o governo. A própria CNI participou das discussões por dez anos.

No agronegócio, a MP fortalece o discurso da polarização do "nós contra eles". Já se fala que a medida é o prenúncio de que Lula 3 pode acabar imitando os governos argentinos peronistas, criando medidas que prejudiquem as exportações.

Em nota, a Aprosoja verbalizou o sentimento registrando que o setor rural e a agroindústria receberam a MP com "grande espanto e revolta".

"Surgem ações que se assemelham às 'retenciones' argentinas, país que destruiu a sua cadeia agropecuária nas últimas décadas e gerou instabilidade no câmbio e inflação descontrolada como consequência deste tipo de política distorcida."

Nesta quinta, numa demonstração de insatisfação coletiva, o IPA (Instituto Pensar Agropecuário) soltou nota subscrevendo 48 entidades para detalhar os prejuízos da MP. Entre os setores signatários estão soja, milho, café, frutas, algodão, carnes e óleo vegetal.

"Nestes primeiros dias, as empresas estão absorvendo os custos da MP, e vamos ver o que fazer no final de semana. Mas já sabemos que, para cumprir os contratos, os prejuízos são imensos", afirma Leonardo Zilio, vice-presidente da Ubrabio (União Brasileira do Biodiesel).

A desoneração vale para 17 setores da economia. Entre eles está o de comunicação, no qual se insere o Grupo Folha, empresa que edita a **Folha**. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, entre outros.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** P **Pagina:** 1

Copyright © Clipclap 2025.